

ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DE PARANAÍ-PR E REGIÃO: COMPREENSÃO DAS PRÁTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

Sergio Augusto Vallim Gaiotto*

Sirlene Siqueira Alves**

Vanderlei Ferreira Vassi***

RESUMO: O artigo examina dez entidades do terceiro setor de Paranaíba-PR e região, no intuito de compreender suas principais características, tipos de serviços prestados, demandas, problemas, questões financeiras e contábeis e como participam nas comunidades onde estão inseridas. Trata-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa, de estudos de casos múltiplos, cujas informações foram obtidas por meio de questionário e entrevistas. Os resultados revelaram que, em sua maioria, as entidades estudadas oferecem serviços de acolhimento, educacionais, profissionais e de saúde. Todas enfrentam dificuldades tanto em relação a recursos não financeiros, quanto financeiros, como doações, para sua própria manutenção. Verificou-se que escritórios contábeis compõem parte importante do cotidiano das entidades, pois contribuem para a prestação de contas e rotinas burocráticas. Além disso, verifica-se a relação intrínseca com a esfera pública, que por meio de editais, oferece recursos destinados ao aprimoramento da estrutura vigente. Não obstante, sua participação social tem sido estimulada por meio de esforços de divulgação fundamentados em mídias sociais e veículos diversos, bem como eventos beneficentes para atrair a atenção de doadores e divulgar o trabalho realizado.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro setor; Sociedade; Doações; Exclusão.

THIRD SECTOR FIRMS IN PARANAÍ, BRAZIL, AND REGION: SOCIAL AND ECONOMIC PRACTICES

ABSTRACT: Ten third sector firms in Paranaíba and region are analyzed with regard to their main characteristics, type of service, requirements, issues, financial and accounting problems and the manner they participate in their communities. Current

* Mestre em Administração pela UEM-PR. Docente da Faculdade Santa Maria da Glória – SMG, Brasil.
E-mail: savgaiotto@gmail.com

** Mestre em Desenvolvimento de Tecnologia pelo Instituto Lactec – PR. Docente da UniFATECIE – Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do Paraná, Brasil.

*** Mestre em Administração pela Faculdade Pedro Leopoldo – MG. Docente da UniFATECIE – Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do Paraná, Brasil.

exploratory, qualitative and multiple-case research comprises information derived from questionnaires and interviews. Results show that, as a rule, the firms have welcoming, educational, professional and health services. All have to cope with difficulties with regard to non-financial and financial resources, such as donations, for their maintenance. Accounting is the most important issue, since it contributes towards bureaucratic routine and accountability. There is an intrinsic relationship with the government, since the latter offers resources for the improvement of the existing structure, through biddings. Their social participation is boosted through advertisement efforts based on the social media and other tools, coupled to beneficent events for donations and for broadcasting their work.

KEY WORDS: Third sector; Society; Donations; Exclusion.

INTRODUÇÃO

A emergência de novas formas de empreendimentos com objetivo de prosperar frente à distribuição desigual de recursos, aliada ao contexto de insatisfação de classes socialmente e economicamente marginalizadas, que constantemente tem suas necessidades negligenciadas principalmente pelo Estado e pela iniciativa privada, ocorre por meio de incursões na economia solidária, empreendedorismo social e terceiro setor (MENDES *et al.*, 2017).

Modelos de negócios inclusivos, alusivos à economia solidária e ao empreendedorismo social, têm sido definidos como projetos comerciais alternativos, no intuito de incluir pessoas antes excluídas dos processos econômicos e produtivos, muitas vezes sem escolaridade, recursos financeiros, ou mesmo destituídas de qualquer prática profissional ou experiência prévia (FELÍCIO *et al.*, 2013; TRIVEDI; STOKOLS, 2011).

Por outro lado, iniciativas adeptas ao terceiro setor compreendem uma vasta gama de práticas sociais organizadas sob a forma de associações, entidades filantrópicas, redes de cooperação e complexos cooperativos, que realizam atividades de acolhimento, apoio social e econômico, educacionais, profissionais e de saúde (ARAÚJO *et al.*, 2017).

Para Mendes *et al.* (2017), o terceiro setor, composto por instituições sem fins lucrativos como fundações e entidades beneficentes, desempenham atualmente

um papel relevante no combate à pobreza, ao analfabetismo e ao abandono social, aos fatores diretamente relacionados à construção de um contexto de pobreza e miséria no Brasil.

Assim, pretende-se com essa pesquisa, iluminar os principais elementos que compõem o perfil de entidades do terceiro setor de Paranaíba-PR e região, demonstrando suas atividades, serviços prestados, problemas, dificuldades, perspectivas contábeis e financeiras.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Na Europa, anteriormente à Segunda Guerra Mundial, grande parte dos países ocidentais já contavam com organizações sem fins lucrativos, cooperativas e sociedades vinculadas ao terceiro setor. Contudo, esses empreendimentos adquiriram maior destaque e legitimidade a partir dos anos 1950, período em que iniciativas sociais dirigiam seus esforços ao combate à pobreza, falta de habitação e desemprego (AUSTIN; STEVENSON; WEI-SKILLERN, 2006).

Na época, muitas dessas organizações surgiram ou foram inspiradas por meio da tradição cristã beneficente, abrindo caminho para que, entre os anos de 1960 e 1970, novos empreendimentos dessa natureza fossem criados, mas dessa vez, influenciados por movimentos civis e pelas lutas por causas sociais que afloravam naquele período, tal qual as lutas pela democracia e igualitarismo (DEFOURNY; NYSSENS, 2010; AUSTIN; STEVENSON; WEI-SKILLERN, 2006).

A persistência do desemprego, entre os anos de 1970 e 1980, nos países europeus, bem como a necessidade de estruturar políticas públicas e reduzir gastos públicos, contribuíram com o levantamento de questões envolvendo o terceiro setor e a resolução de problemas sociais. Até então, havia dúvidas sobre como as iniciativas solidárias na Europa e as organizações do terceiro setor poderiam prover meios para atingir melhorias sociais (DEFOURNY; NYSSENS, 2010).

A popularização de entidades do terceiro setor, portanto, se deve principalmente ao crescimento do desemprego e da pobreza na Europa oriental na década de 1980. Esse período contribuiu para o aumento de organizações sociais que, enquanto instrumentos de luta contra a exclusão social, buscaram respostas

frente à falta de alternativas propostas pelas esferas público e privada abrindo espaço para uma nova estrutura econômica, principalmente por meio do cooperativismo (ALMEIDA; ESPEJO 2012).

Estas entidades desempenham uma função de fornecimento de serviços que é especialmente importante em mercados em que não são adequadamente servidos nem por entidades privadas, nem por entidades públicas, e na prossecução de objetivos sociais e de interesse público, contribuindo para a relocação de recursos e para uma transformação positiva do Estado de bem-estar, ajudando a combater a exclusão social e a fomentar o desenvolvimento local (SOARES; SILVA, 2015, p. 71).

Em 1990, na Itália, o conceito de empresa social é idealizado e faz sua primeira aparição em meio ao terceiro setor, vinculado ao movimento cooperativista. No ano de 1991, o parlamento italiano declara uma lei⁴ criando um formato legal específico para cooperativas sociais, que experimentam grande crescimento a partir de então. O que reflete os desdobramentos do apoio político ao cooperativismo (MARTINS, 2015).

Do mesmo modo, em 1990, nos Estados Unidos, experiências envolvendo empreendedorismo social e cooperativismo atingem respostas positivas perante a comunidade. Até que em 1993, uma divisão da Universidade de Harvard, a Harvard Business School, dá origem ao Social Enterprise Initiative, um programa que reúne empreendedores, docentes, pesquisadores e estudantes envolvidos com a produção de conhecimentos, recursos e soluções para problemas sociais. Esse programa é qualificado como um marco fundamental para o cooperativismo e empreendedorismo social no país (FLORY; 2013; DEFOURNY; NYSENS, 2010).

Quanto ao Brasil, o artigo 6º da Constituição Federal de 1988 determina que são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, a lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância e assistência aos desamparados. Assim, tal qual o contexto das experiências sociais

⁴ Lei 381 de 1991, *Disciplina delle cooperative sociali*, que introduziu o instituto jurídico da cooperação social na Itália, e se consolidou como uma das bases para a construção de políticas voltadas ao terceiro setor na Europa.

européias e norte-americanas, no Brasil também se faz necessário suprir as falhas de Estado e da iniciativa privada, já que nem sempre a estrutura econômica e social vigente consegue suprir plenamente as necessidades e direitos almejados pela coletividade (ALMEIDA; ESPEJO, 2012).

[...] a evolução do terceiro setor foi marcada a partir de 1992, por ocasião do Fórum Internacional para discussão do Meio Ambiente realizado no Rio de Janeiro – ECO 92, o termo ONG foi difundido no Brasil de forma muito positiva (CAMELO et al, 2016, p. 57).

Portanto, a exemplo de experiências internacionais, o desenvolvimento de entidades do terceiro setor no Brasil ocorre a partir da conscientização da sociedade em relação à insuficiência do Estado e do setor privado em atender de forma proporcional as demandas da população, que vem ganhando força com a mobilização de pessoas engajadas em suprir tais demandas, na busca por soluções coletivas para os diversos problemas de ordem econômica e social, ao desenvolver ações voltadas para a sociedade e o bem comum (CAMELO *et al.*, 2016).

A sociedade tornou-se muito mais complexa para que as suas necessidades sejam satisfeitas exclusivamente por parte do Estado. A cidadania impõe que os indivíduos e as empresas se organizem e atuem concretamente para minorar os problemas e combater as carências. A dignidade humana e a solidariedade são compromissos da Nação consigo mesma, e não um fardo a ser carregado apenas pelas instituições financeiras governamentais (GRAZZIOLI *et al.*, 2015, p. 42).

O terceiro setor tem caráter estratégico da maior importância no âmbito de qualquer sociedade que se preocupe com o desenvolvimento social e a consolidação de valores democráticos, pluralistas, comprometidos com a solidariedade humana e o sentido de comunidade (GRAZZIOLI *et al.*, 2015).

[...] atuam em atividades complementares às atividades públicas, visando o bem comum da população, assim como

amenizar os problemas sociais existentes. Suas atividades não são caracterizadas pela coerção, ou seja, não são impostas tampouco visam ao lucro, mas objetivam apenas atender às necessidades coletivas ou públicas (ALMEIDA; ESPEJO, 2012, p. 9).

Nesse sentido, Camelo *et al.* (2016) definem o terceiro setor como um conjunto de iniciativas privadas sem fins lucrativos, composto por associações, entidades e fundações, notadamente solidárias e destinadas ao interesse público, com objetivo de suprir necessidades não satisfeitas pelo Estado ou pela iniciativa privada.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que buscou realizar, por meio de entrevistas e questionário apoiado em questões objetivas e discursivas, uma análise sobre a gestão de instituições do terceiro setor. Para tanto, houve visitas *in-loco* onde foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelas atividades desenvolvidas em cada instituição.

O conteúdo das entrevistas e o preenchimento dos questionários contribuíram para a construção de narrativas que iluminaram questões sobre o perfil das pessoas atendidas, quais os tipos de serviços prestados naquele ambiente, número mensal de atendimentos, principais demandas e dificuldades encontradas no decorrer do exercício de suas funções sociais, além de verificar se há qualquer apoio técnico contábil e/ou financeiro, bem como discutir sobre doações e a importância da destinação de recursos por parte da sociedade civil e do Estado.

Durante a abordagem, os indivíduos entrevistados foram questionados quanto à disponibilidade em participar dessa pesquisa, e, apenas em caso afirmativo, os respondentes participaram dos procedimentos. O estudo seguiu as normas e procedimentos éticos conforme a resolução 510/2016.

A pesquisa foi realizada em Paranavaí-PR e região, compreendendo os municípios de São João do Caiuá, Santo Antônio do Caiuá, Guaiará e Nova Esperança. Pode ser classificada como exploratória, com ênfase em estudos de casos distintos. Foram analisadas dez entidades diferentes, todas de natureza jurídica privada sem

fins lucrativos, enquadrando-as, portanto, como entidades do terceiro setor.

Optou-se por identificar as entidades, mediante o consentimento das mesmas, cujos dados constam no Quadro 1, a qual relaciona cada uma delas de A até J:

Quadro 1. Identificação das entidades

Entidade	Identificação	Cidade-Estado
A	Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE)	Paranavaí - PR
B	Casa Do Servo Sofredor Nossa Senhora De Fátima (ACSS)	Paranavaí - PR
C	Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE)	Santo Antônio do Caiuá - PR
D	Asilo Lins de Vasconcelos	Paranavaí - PR
E	Casa Antonio Frederico Ozanam de Paranavaí - Lar Vicentino	Paranavaí - PR
F	Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE)	Guairaçá - PR
G	Associação Beneficente Menino Jesus (ABEMJE)	São João do Caiuá - PR
H	Asilo São Vicente de Paulo	Nova Esperança - PR
I	Comunidade Católica Emanuel (CCE)	Paranavaí - PR
J	Associação dos portadores de doenças especial (APDE)	Paranavaí - PR.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

4 RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES

Como revelam Almeida e Espejo (2012), entidades do terceiro setor devem ser contabilmente e legalmente enquadradas como organizações privadas, sem fins lucrativos, o que pode ser observado no Quadro 2. Além disso, é importante que as entidades possuam o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), como previsto na lei nº 8.742/1993⁵ e decreto nº 8.242/2014⁶.

⁵ Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

⁶ Regulamenta a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social.

Quadro 2. Caracterização

Entidade	A entidade atua em âmbito	Qual a natureza da entidade:	A entidade possui certificado de entidade beneficente de assistência social	Qual a faixa etária do público- alvo atendido pela entidade?
A	Municipal	Privada sem fins lucrativos	Sim	0 a >51
B	Nacional	Privada sem fins lucrativos	Sim	18 à >51
C	Nacional	Privada sem fins lucrativos	Sim	0 a 65
D	Municipal	Privada sem fins lucrativos	Sim	> 51
E	Municipal	Privada sem fins lucrativos	Sim	>60
F	Municipal	Privada sem fins lucrativos	Sim	0 a 50
G	Municipal	Privada sem fins lucrativos	Não	>51
H	Municipal	Privada sem fins lucrativos	Sim	>60
I	Municipal	Privada sem fins lucrativos	Sim	15 a 17
J	Municipal	Privada sem fins lucrativos	Sim	0 a 81

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A obtenção desse certificado, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), confere à entidade, capacitação para executar os programas de assistências vinculados ao governo federal, bem como a garantia a benefícios, recursos públicos e imunidade ou isenção de impostos (CARNEIRO *et al.*, 2011). De acordo com os dados constantes no Quadro 2, apenas uma entidade não possui o referido certificado, o que tem dificultado seu relacionamento com o Estado, no que diz respeito à conquista de recursos para sua própria manutenção.

Quanto à abrangência dos atendimentos prestados e à faixa etária das pessoas atendidas, observa-se que há apenas duas instituições, B e C, representadas por atividades de suporte à dependentes químicos e a portadores de necessidades especiais, respectivamente, que possuem filiais em outros Estados, as demais estão

consolidadas apenas no âmbito municipal. Há ainda intervalo maior de idade entre pessoas atendidas por entidades que realizam trabalhos de assistência educacional e social a portadores de necessidades especiais, cognitivas e motoras.

Em relação aos asilos e ambientes de acolhimento a idosos, nota-se que a idade mínima para ingresso do interno é de 51 anos. Por fim, quanto às entidades de apoio a dependentes químicos, há apenas uma ocorrência, que atende jovens a partir de 18 anos do sexo masculino.

Na pesquisa, houve predominância de entidades que lidam diariamente com pessoas em situação de vulnerabilidade social, como aponta o Quadro 3. Contudo, o número de atendimentos prestados por essas entidades não se aproxima da quantidade de pessoas atendidas por entidades de apoio a portadores de necessidades especiais e asilos, portanto, na região analisada, há maior necessidade e/ou procura por atendimentos a esses dois grupos em especial.

Quadro 3. Atendimentos

Entidade	Qual o público-alvo atendido	Gênero	Atendimentos mensais
A	Pessoas com necessidades especiais	M/F	300
B	Dependentes químicos	M	30
C	Pessoas com necessidades especiais	M/F	1000
D	Idosos	M/F	36
E	Pessoas vulnerabilizadas ou em situação de risco social	M/F	50
F	Pessoas com necessidades especiais	M/F	61
G	Idosos	M/F	100
H	Pessoas vulnerabilizadas ou em situação de risco social	M/F	32
I	Pessoas vulnerabilizadas ou em situação de risco social	M	17
J	Pessoas vulnerabilizadas ou em situação de risco social	M/F	20

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

4.2 SERVIÇOS PRESTADOS

A partir do cruzamento entre dados dispostos nos Quadros 1, 3 e 4, nota-se que a maior parcela das entidades oferece serviços de saúde, alimentação, atividades físicas, de lazer e fisioterapia. Contudo, sete entidades atendem dezenas de pessoas, mas apenas três delas são responsáveis pelo atendimento de centenas, o que exige estrutura específica, robusta, para comportar tamanho volume de atendimentos mensais.

Mesmo assim, conforme os dados constantes nos Quadros 3 e 4, duas das entidades que atendem centenas de pessoas, em média, não identificaram a estrutura física e a capacidade de atendimento como suas maiores dificuldades. Essa demanda, no entanto, foi apontada pelas entidades B, C e D, que, ao contrário da entidade C, atendem apenas 30 e 36 pessoas por mês. Dessas entidades, observa-se que a grande quantidade de pessoas que precisam ser atendidas, aliada à falta de estrutura específica, resulta em uma demanda de difícil solução.

Quadro 4. Serviços prestados

Entidade	Serviços realizados	Demandas que a entidade não consegue atender
A	Saúde e assistência social	Educacional
B	Tratamento odontológico, psiquiátrico, emissão de documentos	Grande quantidade de pessoas
C	Saúde, educacional e assistência social	Grande quantidade de pessoas
D	Alimentação, lazer, fisioterapia, atividades físicas	Grande quantidade de pessoas
E	Acolhimento	Tratamentos específicos de saúde
F	Saúde, educacional e assistência social	
G	Alimentação, lazer, fisioterapia, atividades físicas	
H	Alimentação, lazer, fisioterapia, atividades físicas	
I	Acolhimento/ acompanhamento de dependentes químicos	Dependentes químicos do sexo feminino
J	Saúde, educacional e assistência social	

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

As principais demandas, consideradas pelas entidades, consistem do grande volume de pessoas para atender, falta de profissionais capacitados para oferecer serviços educacionais, tratamentos específicos de saúde, ou mesmo estrutura física para atender dependentes químicos do sexo feminino.

Dessa forma, por meio da compreensão das informações dispostas no Quadri 4, nota-se que entidades do terceiro setor possuem necessidades distintas daquelas observadas em organizações privadas com fins lucrativos. Por exemplo, seis das dez entidades estudadas apresentaram necessidades de recursos não financeiros, isto é, além das doações, que muitas vezes correspondem ao seu principal meio de subsistência (ARAÚJO *et al.*, 2017; PORTULHAK *et al.*, 2016), é preciso que haja espaço físico e profissionais capacitados para contribuir para a solução dos problemas apontados.

4.3 SAÚDE FINANCEIRA E CONTROLES CONTÁBEIS

Organizações que atuam no terceiro setor dependem de doações e incentivos públicos para se manter em atividade (ARAÚJO *et al.*, 2017). A movimentação financeira gerada por essa captação de recursos também está sujeita a controles e relatórios contábeis, financeiros e gerenciais, porém, não é necessário prestar contas ao Estado da mesma forma que um empreendimento privado com fins lucrativos o faz, já que entidades do terceiro setor estão isentas de impostos sobre renda e contribuições. Mesmo assim, é preciso proporcionar acesso livre aos demonstrativos contábeis e relatórios financeiros a toda a comunidade (PANGALDI; BOLOGNESI, 2017; BRASIL, 2009).

Quadro 5. Controles financeiros e contábeis

Entidade	Contrato com escritório de contabilidade	Controles financeiros	Demonstrativos contábeis	Quadro de colaboradores
A	Sim	Sim	Sim	Registrados/autônomos/ estagiários
B	Sim	Sim	Sim	Registrados/autônomos/ voluntários
C	Sim	Sim	Sim	Registrados
D	Sim	Sim	Sim	Registrados/Voluntários
E	Sim	Sim	Sim	Registrados/Voluntários
F	Sim	Sim	Sim	Registrados
G	Sim	Sim	Sim	Voluntários
H	Sim	Sim	Sim	Registrados/Voluntários
I	Não	Sim	Sim	Registrados/Voluntários/ Estagiários
J	Sim	Sim	Sim	Registrados

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Embora a prestação de contas seja parte fundamental da construção de práticas economicamente sustentáveis de uma entidade do terceiro setor, Oliveira e Coelho (2018) descobriram haver baixo grau de interação, ainda que positiva, entre a disseminação de informações e o aumento do valor econômico⁷ de entidades sociais. Um dos motivos pelos quais isso ocorre pode estar relacionado ao fato de não haver influência relevante entre a transparência dessas entidades e a decisão de doar por parte da sociedade civil. Os referidos autores perceberam que as doações feitas por indivíduos não estão necessariamente relacionadas à ética da transparência financeira da entidade, mas vinculada à própria responsabilidade dos doadores em cumprir um dever social.

⁷ O conceito de valor econômico consiste na análise de viabilidade financeira sobre um investimento, considerando seu lucro e o custo médio ponderado do capital (OLIVERIA, COELHO, 2018; PAULA; BRASIL; MÁRIO, 2009). Quanto às entidades do terceiro setor, o lucro (representado pelo superávit) pode ser encontrado na Demonstração de Déficit ou Superávit do Exercício. O custo de capital pode ser representado pela taxa SELIC acumulada em determinado período, como demonstram Fregonesi et al (2005).

Em contrapartida, no Quadro 5, observa-se que, apesar de não haver obrigatoriedade em recolher impostos sobre renda, e não haver, necessariamente, uma relação clara entre aumento de doações e transparência no terceiro setor, há obrigatoriedade legal em prestar contas periodicamente. Assim, nove entre dez instituições mantêm contrato com um escritório de contabilidade. A única que não declarou tal relacionamento, realiza, mesmo assim, controles financeiros e demonstrativos a exemplo das demais entidades.

Portanto, além de proporcionar relatórios para acompanhamento e prestação de contas à sociedade, a função do escritório contábil para uma entidade sem fins lucrativos se concentra também na realização de sua folha de pagamento, visto que, de acordo com o Quadro 5, apenas uma das entidades não declarou ter funcionários registrados em carteira de trabalho, já que atua apenas com voluntários.

Quadro 6. Prestação de contas

Entidade	Prestação de contas	Principais dificuldades financeiras	Recursos financeiros
A	Outros	Condição financeira estável	Municipal/estadual/doações/próprios
B	Relatório anual	Dificuldades em alimentação e limpeza	Municipal/Federal/doações
C	Balanco anual	Manutenção	Municipal/estadual/Federal/doações/próprios
D	Outros	Pagar Salários	Municipal/doações
E	Relatório anual	Alimentos	Municipal/Federal/doações/próprios/outros
F	Relatório anual	Manutenção	Municipal/estadual/Federal/doações
G	Balancetes mensais	Manutenção	Outros
H	Relatório anual	Manutenção	Municipal/doações/outros
I	Relatório anual	Alimentação	Municipal/estadual/doações/próprios
J	Balancetes mensais	Manutenção	Municipal

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Quanto à prestação de contas, as entidades se apoiam principalmente em relatórios anuais, balancetes e balanços patrimoniais. Esses instrumentos compõem o meio pelo qual é realizada a comprovação de sua movimentação financeira à sociedade civil e ao Estado, garantindo que essas informações estejam ao alcance de

possíveis doadores e demais beneficiários.

Parte dos recursos destinados a manutenção dessas organizações tem sido alcançados por meio de doações de órgãos públicos das esferas municipal, estadual e federal. Para isso, é necessário ter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (BRASIL, 2009), como é o caso de nove entidades analisadas, como está demonstrado no Quadro 2. A única entidade que não possui o mesmo??? (o quê?), declarou seus recursos como originários de outras fontes.

Verificam-se também, no Quadro 6, as dificuldades financeiras vivenciadas periodicamente pelas entidades. Apenas uma delas indicou estar em situação econômica estável, ao contrário das outras nove, que apresentaram demandas relacionadas à alimentação dos internos, à limpeza e à manutenção e ao pagamento de salários e contas, o que corrobora a pesquisa realizada por Faria e Gibson (2018), que apontou a gestão financeira de entidades do terceiro setor como um dos principais desafios a serem superados nesse meio.

4.4 PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Quadro 7. Participação social

Entidade	Participa de editais públicos	Organiza eventos beneficentes	Meios de divulgação
A	Não	Sim	Redes sociais/rádio/jornal
B	Sim	Sim	Boca a boca
C	Sim	Sim	Redes sociais
D	Sim	Sim	Redes sociais
E	Sim	Sim	Redes sociais
F	Sim	Sim	Redes sociais/rádio
G	Não	Sim	Jornal
H	Não	Sim	Boca a boca
I	Sim	Sim	Redes sociais/rádio
J	Não	Sim	Redes sociais

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

No intuito de se manter em atividade buscando por doações e incentivos, é preciso estabelecer relações com Estado e sociedade. As entidades analisadas procuram por meios de divulgar suas ações nas redes sociais, jornais, rádio e boca a boca, bem como eventos beneficentes e editais públicos.

Essa intersectorialidade⁸, como propõem Souza *et al.* (2017), que consiste de uma articulação entre diferentes atores e setores, no intuito de consolidar alianças e fortalecer determinadas ações, representa nessa pesquisa a forma com que as entidades buscam pela participação social além dos atendimentos prestados, isto é, a partir de novas estratégias, que atualmente não estão mais restritas à iniciativa privada com fins lucrativos, como ações publicitárias, por exemplo.

Desse modo, a realização de eventos beneficentes tem por objetivo arrecadar doações e ao mesmo tempo divulgar as atividades realizadas para que a comunidade conheça o trabalho desenvolvido naqueles ambientes. É unânime a organização de eventos pelas entidades, conforme os dados do Quadro 7. Porém, nem todas participam de editais públicos, que podem conferir acesso a cursos de capacitação gratuitos, equipamentos de informática, utensílios, materiais para lazer e exercícios.

Para Abdala *et al.* (2015), formalizar parcerias entre o Estado e as organizações do terceiro setor representa a construção de um contexto favorável aos envolvidos no processo: a organização, o Estado e a sociedade. A possibilidade de participar de editais, promover eventos beneficentes e contar com a abrangência de diferentes mídias, corresponde ao esforço das entidades estudadas em fazer parte de uma lógica que beneficia o social. E mesmo que os processos vislumbrados não estejam ao alcance de todas, constata-se a conquista de um espaço cada vez mais definido, dada a importância das atividades desenvolvidas por essas organizações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte utilizado nessa pesquisa é representativo de parte da região Noroeste do Paraná, compreendendo os municípios de Paranavaí, São João do Caiuá, Santo Antônio do Caiuá, Guairaçá e Nova Esperança. Nessa região, entidades

⁸ Iniciativa de oposição à fragmentação das políticas sociais. Propõe o estabelecimento de parcerias e alianças no processo de implementação de atividades voltadas à educação, à saúde e ao serviço social (SOUZA *et al.*, 2017).

do terceiro setor foram estudadas por meio de questionário e entrevistas. A compreensão das informações colhidas por meio desses instrumentos permitiu traçar um perfil abrangente das entidades, evidenciando os principais elementos que intercorrem em meio as atividades sociais desenvolvidas pelas mesmas.

Para compreender aspectos financeiros, contábeis e sociais de entidades do terceiro setor de Paranavaí-PR e região, diferentes enfoques foram relacionados e combinados entre si. Demonstrou-se a relevância do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), que apenas uma entidade declarou não possuir. Fato que conseqüentemente a tem impedido de participar de editais públicos, prejudicando sua saúde financeira ao mesmo tempo em que se mantém longe dos olhos da sociedade e do Estado.

Verificou-se que a maior parte das entidades se dedica a acolher e oferecer tratamento a pessoas vulnerabilizadas ou em situação de risco social, o que expõe uma conjuntura econômica e social desfavorável na região analisada, ao passo em que atividades voltadas à educação, à alimentação, ao lazer, à saúde e às atividades físicas contribuem para a construção de um contexto menos excludente para a comunidade.

Foram constatadas demandas por recursos não financeiros, em que algumas entidades atendem mais pessoas do que sua estrutura atual pode comportar. Além disso, há demandas por profissionais capacitados para oferecer atendimentos educacionais e de saúde aos internos. Quanto às dificuldades financeiras mais evidentes, a necessidade de manter as instalações em condições de funcionamento é a que mais aparece, corroborando estudos recentes que investigaram a fragilidade da saúde financeira de entidades dessa natureza.

Quanto à obtenção de recursos financeiros, verificou-se a predominância de convênios públicos e doações, que muitas vezes dependem de divulgação por meio de anúncios, redes sociais e eventos beneficentes. A política de transparência e prestação de contas é unânime entre as entidades, e o cumprimento de funções burocráticas fica, na maioria das vezes, a cargo de escritórios contábeis. As entidades se utilizam de relatórios, balanços e balancetes periódicos que são publicados em seus sites e canais de comunicação.

Nesse sentido, conclui-se que houve contribuições para o campo de pesquisas

sobre terceiro setor, no sentido de iluminar condições sociais e econômicas, as quais estão submetidas às entidades que atuam nesse meio em Paranavaí-PR e região. Como tópico para estudos futuros, sugere-se uma pesquisa mais abrangente sobre recursos não financeiros em entidades do terceiro setor, tema que tem sido pouco explorado por pesquisadores da área.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, D. O. S. *et al.* Parcerias entre Estado e Organizações do terceiro setor: perspectivas e desafios em dois hospitais de Belo Horizonte e Brasília. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa-MG, v. 7, n. 4, p. 187-196, 2015.
- ALBUQUERQUE, A. C. C. de. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Editora Summus, 2006.
- ALMEIDA, V. E. de; ESPEJO, R. A. **Contabilidade no terceiro setor**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.
- ARAÚJO, A. dos S. *et al.* Economia social: estudos de caso sobre a gestão no terceiro setor no município de Marabá/PA. *In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DE SERGIPE*, 9., 2017, Sergipe: UFS. **Anais [...]**. Sergipe, 2017.
- AUSTIN, J.; STEVENSON, H.; WEI SKILLERN, J. Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both? *Entrepreneurship theory and practice*, v. 30, n. 1, 2006.
- BRASIL. Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: dez. 2018.
- BRASIL. Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das

entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm. Acesso em: dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2536.htm. Acesso em: dez. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: dez. 2018.

CAMELO, A. C. O.; CAMELO, É. P. de S. M.; PAULINO, T. C. de B. A importância do gerenciamento contábil para as organizações do terceiro setor. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Universidade Estadual de Maringá-UEM, Maringá-PR, v. 25, n. 2, p. 41-54, 2016. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/3493/3160>. Acesso em: 05 set. 2018.

CARNEIRO, A. de F.; OLIVEIRA, D. de L. TORRES, L. C.. Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2011.

DEFOURNY, J.; NYSENS, M.. Conceptions of social enterprise and social entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and divergences. **Journal of social entrepreneurship**, v. 1, n. 1, p. 32-53, 2010.

FARIA, M. D.; GIBSON, P. Motivação e Trabalho no Terceiro Setor: Um Estudo de Caso no Projeto Nós do Morro. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 6, n. 2, 2018

FELÍCIO, J. A.; MARTINS GONÇALVES, H.; DA CONCEIÇÃO GONÇALVES, V. Social value and organizational performance in non-profit social organizations: Social

entrepreneurship, leadership, and socioeconomic context effects. **Journal of Business Research**, v. 66, n. 10, p. 2139-2146, 2013.

FLORY, H.; ANDREASSI, T.; TEIXEIRA, M. A. C. Políticas Públicas de Empreendedorismo para a População de Baixa Renda: Transformando Necessidades em Oportunidades. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 18, n. 62, 2013.

FREGONESI, M. S. F. A.; ARAÚJO, A. M. P.; NETO, A. A.; ANDERE, M. A. Metodologia SROI: Uma Proposta para Cálculo do Valor Socioeconômico das Organizações do Terceiro Setor. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 8, n. 2, 2005.

GRAZZIOLI, A.; CAMPELO, A. L.; ANDRADE, Á. P.; FRANÇA, J. A.; PAES, J. E. S.; MOL, L. F.; CARVALHO, L. R. F.; MONELLO, M. R.; MARTINS, P. D.; SILVA, S. V. **Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social**. Brasília: CFC: FBC: Profis, 2015. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf. Acesso em: 05 set. 2018.

ITÁLIA. Disciplina delle cooperative sociali. Pubblicata nella Gazz. Uff. 3 dicembre 1991, n. 283 Disponível em: <http://www.handylex.org/stato/1081191.shtml>. Acesso em: dez. 2018

MARTINS, R. de C. A.. Saúde mental, economia solidária e cooperativismo social: políticas públicas de reconhecimento e acesso ao trabalho (2004-2013). **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, Brasília, DF, 2015.

MENDES, A. C. *et al.* Mediação de leitura: contribuições do Terceiro Setor por meio da formação de leitores na rede leitora “Ler pra Valer” no bairro Coroadinho em São Luís-MA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 27., 2017, Ceará. **Anais [...]** 2017. Ceará: FEBAB, 2017.

OLIVEIRA, W. E. S.; COELHO, C. U. F. Transparência das Informações e seu Impacto no Valor Econômico: um Estudo em Organizações do Terceiro Setor. **Pensar Contábil**, v. 19, n. 70, 2018.

PANGALDI, C.; BOLOGNESI, R. A contabilidade do terceiro setor e a Lei de Cebas. **UNIVERSITAS**, n. 21, 2017.

PAULA, C. L. S.; BRASIL, H. G.; MARIO, P. C. Mensuração do Retorno Social de Organizações sem Fins Lucrativos por meio do SROI – Social Return On Investment. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 127-155, jul./set. 2009.

PORTULHAK, H.; DELAY, A. J.; PACHECO, V. Prestação de contas por entidades do terceiro setor e seus impactos na obtenção de recursos: um olhar sobre o comportamento dos doadores individuais. **Pensar Contábil**, v. 17, n. 64, 2016.

SILVA, S. T.; SOARES, C. D. **Regime fiscal das entidades sociais da economia social e civil**. São Paulo: Vida Econômica, 2015.

SOUSA, M. C.; ESPERIDIÃO, M. A.; MEDINA, M. G. A intersetorialidade no programa saúde na escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1781-1790, 2017.

TRIVEDI, C.; STOKOLS, D. Social Enterprises and Corporate Enterprises. Fundamental Differences and Defining Features. **Journal of Entrepreneurship**, 20, 2011.

Recebido em: 07/04/2019

Aceito em: 06/11/2019